



CONSELHO DE ARBITRAGEM

CIRCULAR DE INFORMAÇÃO Nº 2 - 2016

1 – No mandato que agora termina, o Conselho de Arbitragem (CA) deu atenção prioritária a diversas lacunas identificadas desde o início, como foi o caso da falta de regulamentação sobre a actividade, tendo sido elaborado um novo Regulamento de Arbitragem e normas específicas sobre carreiras, promoções, participações em acções de formação no estrangeiro, de forma a tentar tornar transparente, equitativa, disciplinada e previsível esta componente da nossa vida associativa.

O CA deu também especial atenção ao aumento do número de árbitros em actividade, organizando em cooperação com as Associações Regionais vários cursos internos para árbitros de clube, cursos de reciclagem para árbitros regionais e nacionais, promoção de novos árbitros a categorias superiores, estágios junto de árbitros mais experientes e ainda incentivando a participação em “workshops” e cursos internacionais de responsabilidade da EBL.

Em termos administrativos, foi criado um ficheiro com toda a actividade federativa dos árbitros regionais e nacionais, focando as provas que dirigiram, os estágios efectuados, a formação interna e externa, bem como o histórico da sua carreira de DT. Foram ainda organizadas pastas contendo o registo detalhado de toda a actividade do CA, que podem ser consultadas por qualquer interessado. Nelas se incluem toda a documentação relativa aos cursos de formação interna e externa, contendo as listagens de participantes, textos de apoio, provas e exames, resultados, apreciações finais e recomendações elaboradas pelos directores dos cursos. Os relatórios das provas que, como se sabe, passaram a ser publicados no site da FPB, passaram também a ser objecto de arquivo.

2 – Quem se deu ao trabalho de ler as considerações anteriores poderá pensar que está quase tudo bem, mas infelizmente existem lacunas consensuais no seio da arbitragem e mesmo alargadas ao universo do Bridge nacional.

Na realidade grande parte dos nossos árbitros tem uma deficiente abordagem à mesa de jogo, não dominando as situações do ponto de vista disciplinar, no

apuramento dos factos, no acompanhamento da acção após uma decisão e, principalmente, não se fazendo acompanhar do Código Internacional de Bridge (CIB) e não indicando a lei ou leis nas quais se basearam as suas decisões, usando muitas vezes, erradamente, a chamada “lei do bom senso”.

Importa ainda referir que uma parte significativa dos nossos DTs, seja qual for a sua categoria, não domina o CIB e, regulando de memória, sem recurso à consulta do mesmo, tendem para enormes disparates, que só agravam a imagem geral e pessoal dos árbitros.

Em relação a alguns árbitros regionais, notam-se bastantes dificuldades na relação com o programa informático adoptado pela FPB (Magic), com muitas lacunas em conhecimentos básicos na configuração e organização das provas, bem como na resolução de problemas pontuais com as “bridgemates”, tendo que recorrer imensas vezes ao apoio presencial ou telefónico de árbitros mais experientes.

3 – Tendo em conta o atrás exposto (propositadamente de forma caricatural e demasiado pessimista) e em total articulação e sintonia com a Direcção da FPB, que se dispôs a reforçar significativamente, no orçamento para 2017, a verba atribuída ao sector da arbitragem, o CA além das actividades sobre as quais se tem regularmente debruçado, considera essencial a aposta na **formação dos árbitros**, de forma a melhorar de forma significativa a abordagem à mesa e os conhecimentos do programa Magic e do CIB.

4 – Para o efeito, pretende-se realizar, pelo menos uma vez por ano, um curso interno de formação destinado aos árbitros regionais e nacionais, podendo ainda ser convidados árbitros de clube que se tenham destacado em cursos recentes. O primeiro desses cursos será realizado a 7 e 8 de Janeiro de 2017 em Lisboa, pelo árbitro internacional Rui Marques, com os respectivos detalhes a publicar em circular específica sobre esta iniciativa. É intenção do CA diversificar os locais da realização dos cursos que se seguirão.

Pretende-se ainda realizar, localmente, acções de formação, com uma duração entre 1 a 2 horas, sendo o nome do apresentante do tema escolhido por sorteio, devendo o mesmo falar sobre uma Lei ou tema dos pontos de vista teórico e prático, sendo a escolha dessa Lei da responsabilidade do árbitro sorteado para o efeito.

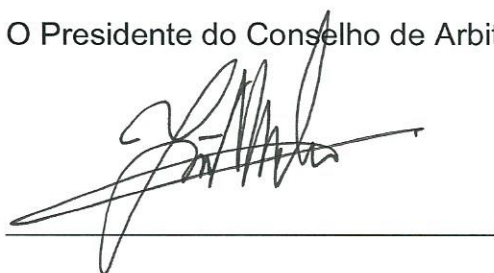
Em cooperação com as Associações Regionais, pretende-se realizar várias sessões locais de formação teórica e prática sobre o programa Magic e outras componentes tecnológicas.

Em relação aos cursos internacionais organizados pela EBL, o CA sem nunca se opor à participação voluntária de árbitros portugueses, procedendo à respectiva inscrição e apoio administrativo, analisará caso a caso e, conforme as disponibilidades orçamentais, decidirá sobre um eventual apoio financeiro.

Nos Campeonatos Nacionais organizados pela FPB, tendo em vista responder a outra das lacunas detectadas, passará a fazer parte do equipamento do DT um "tablet" com o regulamento da prova e o CIB, que o deverá acompanhar nas decisões à mesa de jogo.

Lisboa, 24 de Outubro de 2016

O Presidente do Conselho de Arbitragem da FPB

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, positioned above a solid horizontal line.